



# “GAYS SHUOLD NOT EXIST”: MORTE E ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL

## “GAYS SHUOLD NOT EXIST”: DEATH AND INCARCERATION OF THE LGBT POPULATION IN BRAZIL

Ronaldo Alves Ribeiro dos Santos<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-3591-4171>

Bruno do Prado Alexandre<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-2465-1628>

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2022.v14.16321>

Recebido em: 20 de julho de 2022.

Aprovado em: 31 de outubro de 2022.

---

1 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Campus Universitário de Rondonópolis - UFMT (2017). É graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Universitário de Rondonópolis (2015). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (2020). Membro do grupo de pesquisa: Infância, Juventude e Cultura Contemporânea (GEIJC) na linha de pesquisa Cinema, mídia e educação: políticas e estéticas. Tem interesse nos seguintes temas de pesquisa: juventudes contemporâneas, cultura e pedagogia e formação de professores e gênero. Atualmente, é Técnico em Assuntos Educacionais designado coordenador pedagógico do Instituto Federal de Mato Grosso, Campus São Vicente.

2 Possui graduação em História, especialização em Gênero e Diversidade na Escola (2015) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2017). Tem se dedicado aos estudos de gênero e sexualidade em interface com a educação e a escola, em especial à dimensão das experiências das travestilidades em seus múltiplos aspectos. Atualmente é doutorando em História pela UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados cujo projeto de pesquisa visa investigar sobre travestilidades, ditadura civil-militar e o contexto pós redemocratização em diálogo com essas identidades. Atua como docente convidado no curso de Pós-Graduação Lato Sensu “Sociedade, Política e Cidadania na Contemporaneidade” da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR (2020-2021).

**RESUMO:** O objetivo central deste artigo é apresentar uma reflexão acerca do processo de encarceramento da população LGBT no Brasil, no contexto da Ditadura Civil-Militar, tomando como fonte de análise o documentário “Temporada de Caça” (1988), de Rita Moreira, que aborda a questão da violência, do encarceramento e do extermínio de homossexuais na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, nos finais da década de 1980. As discussões estão ancoradas em autores e autoras que discutem gênero e sexualidade sob uma perspectiva não normatizadora.

**RESUMO:** This paper aims to present a reflection about the incarceration process of the LGBT population in Brazil, in the context of the Civil-Military Dictatorship, taking as a source of analysis the documentary “Temporada de Caça”, by Rita Moreira which addresses the issue of violence, incarceration and extermination of homosexuals in the city of São Paulo and Rio de Janeiro in the 1980s. The discussions are anchored in authors who discuss gender and sexuality from a non-normative perspective.

**Palavras-chave:** Encarceramento da população LGBT; Ditadura Civil-Militar; Temporada de Caça.

**Palavras-chave:** Incarceration of the LGBT population; Military Dictatorship; Temporada de Caça.

## Introdução

Em março de 1985, as/os brasileiras/brasileiros viviam o fim da Ditadura Civil-Militar<sup>3</sup> implementada em 1964 (após o golpe que destituiu o presidente eleito democraticamente João Goulart). Passaram-se mais de 30 anos do fim da ditadura, porém, ainda hoje, a sociedade civil, os partidários políticos e os militares convivem com as marcas de um passado histórico inacabado, disputado por meio da perpetuação de memórias diversas, que travam, no tempo presente, uma “guerra” de narrativas que ecoam, muitas vezes, de uma parte, como tentativa de denunciar o uso da força, da violência, dos métodos de tortura, das “temporadas de caça” autorizadas a exterminar as/os indesejáveis; de outra parte, a justificativa do uso da força, da violência, da ameaça e da tortura, como necessidade para conter possíveis tentativas de subversão ao sistema.

Nesse contexto, pode-se destacar a importância de textos culturais (músicas, filmes, livros, peças de teatros, entre outros) engendrados no contexto da Ditadura Civil-Militar como forma de resistência, e, no momento posterior, como tentativa de denunciar práticas autorizadas contra corpos não-autorizados. Sendo assim, compreende-se que esses textos culturais (*à priori* e *à posteriori*) constroem e ressignificam experiências históricas acerca da Ditadura Civil-Militar, ao proporem nessas experiências estéticas a produção de uma memó-

<sup>3</sup> A denominação de ditadura civil-militar tem como base as discussões do historiador Carlos Fico (2013), que afirma que o golpe foi civil-militar justamente por ter contado com a participação de civis, a exemplo de Magalhaes Pinto, Carlos Lacerda, bem como a significativa participação de vários setores da sociedade civil-organizada que preparou o terreno propício para a instauração do golpe e manutenção da ditadura até 1985, com práticas de censura incitadas por civis junto à (DCDP) – Divisão de Censura de Diversões Públicas.

ria não conciliatória como preconizou a Lei de Anistia de 1979, que, historicamente, preteriu os torturadores à imputação de seus crimes.

Entre os textos culturais produzidos posteriormente à ditadura, destaca-se o documentário que é objeto de análise deste artigo “Temporada de Caça<sup>4</sup> (1988), de Rita Rodrigues”, que aborda a questão da violência, encarceramento e extermínio de homossexuais, na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, nos finais da década de 1980, trazendo, assim, para o campo da experiência estética memórias de grupos humanos abjetos, ou ainda, memórias consideradas ilegítimas, por estarem situadas dentro do padrão de sexualidade denominado como pertencente às “matrizes inteligíveis, abjetos, de não-humanos” (BUTLER, 2015).

Por certo, no campo discursivo do sexo, perpassado de alto à baixo por instâncias de poder, se prefiguram em estruturas de legitimação e qualificação do que é tido como “humano”. Na medida em que essa matriz produz corpos inteligíveis e corpos abjetos, ela fabrica a um só tempo, corpos humanos e corpos não-humanos. Estes representam a grande fronteira à qual o humano não pode atravessar e sem a qual este não se prefiguraria como a materialização da norma (BUTLER, 2015).

A fim de problematizar e ampliar criticamente, do ponto de vista analítico, as representações presentes no documentário *Temporada de Caça* (1988)<sup>5</sup>, as discussões ancoraram-se em autores e autoras que discutem gênero e sexualidade sob uma perspectiva não normatizadora, além de revisitar alguns trabalhos que versam sobre a questão da violência direcionada à homossexuais, principalmente à travestis, desde a Ditadura Civil-Militar. Complementa-se a análise por meio dos relatos contidos no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e pela captação dos ecos dessas violências institucionalizadas atualmente, nas denúncias registradas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA.

Sobre os corpos qualificados enquanto não-humanos, recai toda sorte de violências e atrocidades, muitas vezes, legitimadas pelo próprio Estado e naturalizadas ao longo do tempo, por meio de intensos processos reiterativos e pela banalização produzida pelas mídias sociais contemporâneas, que apelam para a produções discursivas da homossexualidade, travestilidade e transexualidade como identidades que afrontam à identidade sexual-hegemônica.

É sobre a necessidade e o sentimento de se importar com as atrocidades representadas em “Temporada de Caça” (1988), de dar visibilidades às identidades sexuais tidas como abjetas e desprezadas; acerca do pensamento vigente no que tange à homofobia e à transfobia e à percepção das pessoas sobre essas violências, muitas vezes, validadas pelo Estado e também por compreender a importância da sensibilidade no tratamento de temas

---

4 É um filme de curta metragem, que tem como gênero o documentário, tem a duração de vinte e quatro minutos e seis segundos (24:06). É uma obra brasileira produzida no Estado de São Paulo por Rita Moreira no ano de 1988.

5 O fato de o documentário ter sido lançado em 1988 coincide com o momento da publicação do texto referente à Constituição Federal de 1988, já no período de consolidação da democracia liberal brasileira.

tão delicados e desumanizados ao longo da história, que se traz essa temática para a discussão defendendo a necessidade de mais textos culturais que irrompam com o discurso conciliatório construído pela Lei de Anistia (1979), e perpetue novas memórias históricas que demonstrem a presença de grupos humanos desconsiderados historicamente, bem como suas lutas, forças e resistências ao lutarem por um lugar neste mundo que, ao mesmo tempo que permite sonhar, os prepara para a morte. Portanto, produzir a escrita da História a respeito desse período, de uma perspectiva não normatizadora, representa lançar um olhar cuidadoso sobre aqueles e aquelas que não são tão fortemente representados pela historiografia brasileira no referido contexto (SILVA, 2016).

## O filme como fonte de pesquisa histórica

A partir de que momento histórico o filme emerge enquanto documento para análise do historiador? Por que houve tal demora para incorporá-los aos documentos-monumentos? As reflexões engendradas nesta passagem buscam dar uma resposta contextualizada ao surgimento do cinema enquanto documento para a produção da explicação histórica, sem resvalar no pressuposto da incapacidade e do atraso de se problematizar tal fonte, já que, nos dias de hoje, parece tão óbvia a sua eficácia por seu uso não só no ofício do historiador, mas em outros campos de pesquisa.

Pensar o filme como objeto de análise histórica é algo recente na escrita da História se levarmos em consideração que as primeiras observações que chamaram a atenção para a potencialidade dos filmes enquanto parte do universo mental do historiador remontam aos anos 70 e. nesse delongamento, da elevação dos filmes à condição de monumentos do passado “não existe no caso nem incapacidade nem atraso, porém uma recusa inconsciente que procede causas complexas” (FERRO, 1976, p. 02).

Uma das causas complexas, pode ser lembrada como a influência constante da historiografia positivista na forma como o historiador manipulava os documentos para a explicação histórica. Basta nos recordarmos das indagações produzidas pelo historiador Jacques Le Goff quando desconstruiu uma velha dicotomia utilizada para classificar os materiais utilizados pelo historiador como monumentos - forças do passado e os documentos – escolhas do historiador. Tais materiais da memória também teriam valores testemunhais distintos: monumento – heranças do passado, com testemunho parcial; documentos – escolhas do historiador, com testemunho imparcial.

Mas, para Le Goff (1990), todo documento é monumento à medida em que são produzidos de forma contextualizada incorporando as relações de forças presentes no contexto histórico. Sendo assim, os documentos seriam monumentos pelo caráter da parcialidade, da possibilidade de manipulação, da escolha e da intenção de quem o produziu.

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1990, p. 548, 1996).

Sendo assim, pode-se afirmar que a “recusa inconsciente” dos historiadores pelo uso dos filmes como documentos-monumentos esteve ancorada em uma tradição historiográfica que prezava ainda pelos documentos escritos como fonte de objetividade e imparcialidade para o ofício do historiador. Portanto, vale ressaltar o que preconizava Marc Ferro (1976, p. 02) “[...] o historiador escolheu tal conjunto de fontes, adotou tal método; mudou como um combatente muda de arma e de tática quando as que usava até aquele momento perdeu sua eficácia”.

De acordo com Le Goff (1990), a história nova ampliou o campo do documento histórico ao substituir resquícios da história positivista de Langlois e Seignobos, fundada principalmente no uso dos documentos escritos, por uma história baseada na multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, documentos orais, produtos de escavações arqueológicas, fotografia, filmes.

Sobre o uso das imagens adverte Ferro (1976, p. 05), “partir da imagem, das imagens. Não procurar nelas exemplificação, confirmação ou desmentido de um outro saber, aquele da tradição escrita”. Ao possibilitar uma multiplicidade de documentos ao trabalho do historiador, a Nova História, bem como as proposições de Ferro, não poderia incorrer em se pensar novos objetos de análise usando de modelos pré-figurados dentro de uma historiografia que os próprios *Annales* se propunha a superar. Portanto, ao partir da imagem ou das imagens, não se procuraria nelas exemplificações, ou ainda, confirmação, como postulava o princípio da objetividade defendido pela historiografia positivista francesa. “Resta estudar o filme, associá-lo ao mundo que o produz. A hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História [...]” (FERRO, p. 1976, p. 05).

Sendo o filme possibilidade para a pesquisa em história, afinal, no que consiste a atividade analítica de um filme? “É despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente ‘a olho’ nú, pois se é tomado pela totalidade” (VANOYE; GOLLIOT-LÉTÉ, 2012, p. 15). Ainda de acordo com Ferro (1975), o filme deveria ser pensado como imagem-objeto, cujas significações não são apenas cinematográficas. Seu valor estaria presente naquilo que o filme testemunharia de uma determinada sociedade, ou ainda, não só por aquilo que estaria visível, mas, também, aquilo que estaria invisível.

Marc Ferro (1975), chamava a atenção para a necessidade de pensar a obra de arte em seu condicionamento social. A necessidade de fundir o texto e o contexto em uma relação dialeticamente integrada (CANDIDO, 1965). O exterior da obra de arte, interessa aos pesquisadores não dentro de uma relação causa-efeito, mas como parte estruturante do que é produzido para ser mostrado

Assim, um método que lembraria o de Febvre, de Francastel, de Goldmann, desses historiadores da Nova História, da qual se definiu a vocação. Eles reconduziram a seu legítimo lugar as fontes de origem popular, escritas de início, depois não escritas: folclore, artes e tradições populares, etc (FERRO, 1976, p. 05).

Reconduzir as fontes de origem popular ao seu devido lugar é se atentar ao condicionamento social da obra de arte como parte estruturante das significações disseminadas em si. Ao tomá-lo como documento, Ferro (1976), menciona a necessidade de aplicar o método de análise a cada substância do filme – às imagens, às imagens sonoras e às imagens não sonorizadas. Ao propor uma metodologia de análise dos filmes, o historiador menciona a necessidade de analisar principalmente “[...] a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime (FERRO, 1976, p. 06).

Por mais que exista a necessidade de uma objetividade previamente estabelecida na filmagem de determinados eventos históricos ou ficcionais, Ferro (1976), acredita que a câmera é capaz de capturar para além do que está estabelecido objetivamente, demais, a parte inesperada, involuntária, pode também ser grande nesse caso (FERRO, 1976). Sendo assim, o inesperado, o involuntário estariam para além dos pontos de ajustamento das narrativas fílmicas, por outro lado, mostraria os pontos de concordância, mas também os pontos de discordâncias com a ideologia, eles, assim “ajudam a descobrir o latente por trás do aparente, o não-visível através do visível” (FERRO, 1976, p. 06). Tais partes inesperadas, involuntárias, discordantes ofertam lapsos de realidade que escampam ao que foi definido objetivamente como sendo parte integrante do filme, são essas falhas causadas, provavelmente, por falta de atenção do homem da câmera, que filma involuntariamente muitos aspectos da realidade.

Para Francisco Júnior (2012), as proposições construídas por Marc Ferro trouxeram implicações para a forma como o historiador deve pensar o filme como objeto de estudo da ciência histórica. O filme “tornou-se o testemunho de um tempo e meio pelo qual o historiador atingirá para além do cinematográfico, ou seja, o objetivo do historiador não é o filme em si, mas a sociedade que este permite entrever (JÚNIOR, 2012, p. 154). Nessa linha de pensamento, pode-se questionar qual a sociedade que o documentário Temporada de Caça (1988), de Rita Moreira, permite entrever?

O documentário reflete o mundo diretamente, e lança mão de uma série de processos que culminam nesse efeito de realidade, uma representação direta do que de fato aconteceu. As obras cinematográficas históricas possibilitam de forma mais abrangente a formação da consciência histórica, isto é, afetam a forma como as pessoas passam a ver o passado fazendo com que o espectador “[...] sinta e se importe profundamente com os eventos e as pessoas do passado” (ROSENSTONE, 2010, p. 115). Portanto, pode-se afirmar que o documentário em questão coloca em disputa memórias históricas desvalorizadas por pertencerem a grupos humanos pertencentes às matrizes discursivas inteligíveis, abjetas,



não-humanas.

## Abre-se a temporada de caça...

“Temporada de Caça” (1988), trata-se de uma produção cinematográfica nacional, filmada entre 1987 e 1988, lançada em 1988, que tem como temática uma onda de assassinatos que assolava São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos 1980. Depoimentos são colhidos nas ruas de São Paulo e no meio artístico, na tentativa de tentar compreender a intensa e tipificada violência direcionada ao público LGBT, naquele contexto. As entrevistas apresentam entre si ambiguidades que não podem escapar a análise do historiador como forma de pensar a violência engendrada contra esses corpos relegados à marginalidade existencial.

Não é por acaso que o nome do documentário é Temporada de Caça, o título estabelece um paralelo entre a caça aos animais, muito recorrente como atividade esportiva em alguns lugares do mundo, com a caça aos gays, às bichas e às travestis, no período da Ditadura Civil-Militar, no Brasil. Brilhantemente, o documentário se inicia com as entrevistas colhidas na rua que tiveram como objetivo o de capturar a percepção das pessoas sobre os crimes cometidos contra homossexuais; na sequência, abre-se a cena de um homem que está sendo amarrado na cama, o que à primeira vista parece ser um encontro amoroso, se transforma em um crime à medida em que os discursos proferidos pelas/pelos entrevistados vão autorizando a morte do homossexual que se encontra àquela altura em seus últimos instantes de vida.

Os depoimentos, colhidos nas ruas paulistanas em um dia furtivo, são prenhes de espontaneidade quanto ao pensamento vigente naquele momento da história, em que a maioria das pessoas afirmavam, quando indagadas, acerca do que vinham noticiando os jornais sobre o assassinato de homossexuais e travestis, as respostas advindas de mulheres e homens, de várias faixas etárias e classes sociais, caminham sempre na mesma direção, isto é, reiterando que concordam com os assassinatos.

Porém, devemos nos lembrar que as falas são sempre tributárias de discursos mais amplos, sendo assim, estamos falando de discursos que são amplificados à medida em que são proferidos e que possuem origem adversas. No caso do Brasil, do período militar, basta nos lembrarmos que, para além das forças políticas que cerceavam os direitos e as liberdades sexuais não-normativas, esse cerceamento também era fruto de uma instituição jurídica assentada em valores burgueses e tradicionais, bem como da própria instituição médica que ainda trazia resquícios da homossexualidade enquanto uma patologia, uma aberração, como fica evidente na fala de um dos entrevistados.

Em entrevista ao documentário, o jurista Hélio Bicudo, afirma que, a questão da violência e do ódio à população LGBT pode ser entendida como o efeito meticuloso de uma mídia que fabrica escárnio e ódio na medida e na forma em que produz manchetes tomando esses sujeitos como protagonistas e inferindo certa autorização quanto ao extermínio dessa

população, com a certeza da impunidade.

Compreendemos os discursos das entrevistadas/dos entrevistados como herdeiros de discursos que eram protagonizados por instituições mais amplas. Então, entendemos que com a supressão dos direitos democráticos e de liberdades públicas, advindas do Golpe de 1964, as forças ditatoriais potencializaram o poder policial de censura e repressão, com especial permissividade de violação de direitos humanos de pessoas LGBTs. Nesse cenário, a ideologia que justificava o golpe, ligada à valores conservadores e à doutrina da segurança nacional relacionava as homossexualidades às esquerdas e às subversões. Para tanto, toda e qualquer violência empreendida sobre as minorias sexuais, mormente às de origem pobre e negra, estavam inteiramente legitimadas pelo Estado brasileiro (CNV, v. II, 2014).

Findada a primeira sequência que apresenta a percepção de cidadãos brasileiros específicos sobre o tema da violência contra homossexuais, abre-se no documentário, a segunda sequência que mostra grandes nomes da história que eram homossexuais. Percebe-se que o interesse foi o de chamar a atenção para o legado histórico produzido por artistas, pintores, musicólogos, entre outros/outras que se identificavam como homossexuais. Também, se trata de uma forma apelativa de prezar pela vida dos homossexuais, como se apenas ser homossexual não fosse o suficiente para poder existir neste mundo, é preciso acionar mecanismos que demonstrem feitos históricos de outros portadores dessa mesma identidade sexual (como, por exemplo, grandes artistas, escritores, cientistas, entre outros).

Em outro momento, o documentário traz inúmeras manchetes que versam sobre a violência e morte de homossexuais que aconteceram no período da ditadura, inclusive morte de mulheres travestis, casos, ainda hoje, não solucionados pela justiça brasileira.

Entre as manchetes, chama a atenção, a associação dos homossexuais, principalmente das travestis com a chegada da *Aids*, no Brasil. De maneira significativa, nos anos 1980, os discursos médicos, midiáticos e populares elegeram a *Aids* como protagonista, sempre associada em primeiro lugar, à figura de homossexuais, seguida das prostitutas. Para Pelúcio (2009), os discursos reconhecidos como científicos, advindos nesse contexto, dos parques saberes médicos, terminaram por produzir na sociedade, de modo geral, a representação de um vírus homossexualizado, por meio da ideia de uma "peste gay" ou "câncer gay".

Foi, em 1984, que o primeiro caso de infecção por *Aids* foi oficialmente diagnosticado no Brasil, fortemente associado a uma doença que acometia potencialmente pessoas consideradas "degeneradas" do ponto de vista moral e sexual, pela adoção de práticas ditas antinaturais, termos recorrentemente usuais na época. Contudo, antes mesmo de se ter notícias oficiais quanto à infecção de alguém no país, já estava sendo gestada no imaginário social, a associação da *Aids* com homossexualidade, o que já era prática nos Estados Unidos, defendida pelos grupos conservadores políticos de base religiosa.

Nesse sentido, não foi sem motivos, por exemplo, que o Jornal Folha de São Paulo, como mostra o documentário noticiava nos anos 80, que a "polícia Civil 'combate' a *Aids* prendendo travestis". Indubitavelmente, todo esse clima, gerou um pânico moral em todo território nacional, quer seja pelas medidas "profiláticas" adotadas por médicos brasileiros,



imitando experiências de outros países, quer seja pela intensa homossexualização do vírus, estimulando intensamente a produção de uma representação pejorativa e aversiva em relação às homossexualidades (PELÚCIO, 2009). A *Aids* se tornou assim como representado em “Temporada de Caça” (1988) em uma das justificativas de extermínio da população LGBT, principalmente de travestis, dada à situação de prostituição, que a maioria se encontrava, e ainda se encontra atualmente.

João Silvério Trevisan (2011), ao falar sobre os anos de pânico em relação à *Aids*, aponta pesquisas realizadas no ano de 1991 em que, 71% das pessoas entrevistadas em todo o território nacional, afirmavam temer o contágio pelo vírus.

Ante o fantasma da morte, elegeram-se um bode expiatório, como sempre acontece nas grandes calamidades públicas e nas fobias daí resultantes. De execrado, o homossexualismo tornou-se maldito. Uma pesquisa realizada pelo DataFolha em 1988 acusava que 60% dos paulistanos entrevistados desaprovava cenas de relacionamentos homossexuais, na TV; a porcentagem subia para 68% entre os homens entrevistados. (TREVISAN, 2011, p. 449).

Os jornais da época traziam ameaças apontadas por autoridades da área da saúde cobrando normas mais rigorosas e atos mais energéticos sobre aqueles e aquelas que “adotavam” comportamentos indevidos, atos sexuais anormais e vícios, e, por isso, estavam propensos à doença. Um projeto de cirurgia peniana foi encaminhado por parte do então médico mineiro Aloísio Resende Neves, a fim de evitar que homens, por meio de sua ejaculação infectasse outras pessoas com *HIV* (TREVISAN, 2011).

Em nome da defesa da sociedade e das pessoas de bem, os meios de comunicação bradavam por medidas “drásticas”, num intenso processo de higiene social, propostas por meio de confinamento de homossexuais infectados, fechamento de espaços de sociabilidade homossexual, a exemplo das saunas, academias e cinemas gays e por meio do extermínio desse público. O pensamento vigente pode ser traduzido por meio da fala do Dr. Vicente Amato Neto, então chefe da comissão científica, do Programa Estadual de *Aids*, de São Paulo, onde ele diz “se os maiores transmissores da doença se negarem a cooperar, o bom senso manda estipular medidas convenientes” (TREVISAN, 2011). Em outro trecho, um comerciante da Zona Leste, de forma anônima, diante de um repórter de uma revista afirma, em relação às travestis que “[...] a melhor solução é matar. Não pode machucar não. Tem de eliminar” (TREVISAN, 2011, p 453).

Esse pânico moral, político, religioso e científico, por meio do discurso médico, intensificou um vivo processo de moralização sexual, sobretudo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse tenebroso contexto, homossexuais foram demitidos do trabalho, inclusive no serviço público e alguns convênios de saúde se negaram a atender pacientes infectados com o vírus do *HIV* (TREVISAN, 2011). Jânio Quadros, então prefeito da cidade de São Paulo, baixou um decreto proibindo o ingresso de homossexuais na Escola de Bailados do município e recomendou à Guarda Metropolitana, a prisão de homossexuais em espaços públicos, sobretudo travestis, sob o risco de disseminação da *Aids*. Nesses termos, importa

ter em vista que,

[...] nas ruas de São Paulo, a Polícia Civil punha em prática a *Operação Tarântula*, para prender travestis “por crime de contágio venéreo” – visando a diminuir a propagação da Aids [...]. Mesmo reprovando a brutalidade dos métodos policiais, a área jurídica brandia o imbatível argumento das “prioridades da saúde pública”. (TREVISAN, 2011, p. 453).

Certamente, o terrorismo construído por várias mãos, estrategicamente localizados no discurso médico, midiático, político, religioso e jurídico, produziu e reproduziu institucionalmente muita violência e preconceito, e fez com que a homofobia e a transfobia das pessoas emergissem vertiginosamente autorizando assim, por meio do amplo consenso, agressores e assassinos a praticarem todo tipo de atrocidades (TREVISAN, 2011).

De acordo com Don Kulick (2008), entre os finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, as travestis que saíam para se prostituir ou não, poderiam ser presas a qualquer momento. Embora a prostituição não seja considerada crime pelo código penal brasileiro, elas eram levadas truculentamente à prisão e passavam uma noite ou vários dias, sofrendo sessões de tortura. A acusação comumente centrava-se no crime de “vadiagem”, embora não houvesse a necessidade de pesar acusação alguma. O percurso da rua à prisão era doloroso e longo, pois era bastante comum, os policiais, num movimento de violência organizado, as espancaram e depois obrigá-las a manterem relações sexuais entre si, bem como lutar nuas umas com as outras.

As experiências de vida marcadas pela vulnerabilidade e marginalização, fez com que as travestis, sobretudo as pobres e prostitutas, adotassem como estratégia de enfrentamento à esse encarceramento tipificado, sádico e extremamente violento, um processo de mutilação, corte nos pulsos ou em qualquer outra parte do corpo, com o objetivo de que fossem liberadas sob o risco de morte por hemorragia e ou, contágio de *aids*, a considerar a visibilidade e o pânico produzido acerca dessa doença em meados da década de 1980 e início dos anos 1990. As diversas cicatrizes que marcam os corpos das travestis que sobreviveram a esse período de caça e que tentam diariamente resistir ao contexto atual, com outros tipos de violência civil e de Estado, acabam por ostentar para as mais novas o número de cicatrizes, numa espécie de insígnia de combate e de vitória, apesar do doloroso processo experimentado na carne (KULICK, 2008).

Na compreensão de Cavalcanti, Barbosa e Bicalho (2018), as travestis encarceradas deveriam responder por crime de contágio venéreo, inclusive mediante testagem sanguínea. O pânico naturalizado em torno da associação entre travestis e *aids* e o possível enquadramento no artigo 130, do Código Penal, demonstra como a relação entre sistema penal e imaginário social se materializaram em uma caçada “legalizada” a determinados corpos e vidas em uma dinâmica naturalizada.

Nessa conjuntura, as travestis encarceradas eram presas não necessariamente por delitos cometidos, mas pela suposta desordem que representavam. Nesses termos, a produ-

ção de si e as premissas que atravessam o processo de construção de um corpo que embaralha as fronteiras entre o masculino e o feminino, campo de incerteza e de certa subversão normativa, acaba por demarcar um lugar historicamente produzido de não humanidade, um lugar de abjeção como ponderava Butler (2015).

Como podemos notar quando o documentário se inicia, observamos uma repórter à espera de alguém para entrevistar. A primeira entrevista é chamada pela repórter que a questiona: "você tem ouvido falar em noticiários, jornais, tv, rádio sobre assassinato de homossexuais? Ela responde: "Já, já sim!" a repórter questiona novamente: e o que você acha disso? Eu acho é que tem mais é que assassinar mesmo (risos). Já ao segundo entrevistado, a repórter questiona: "você é a favor que mate"? Ele responde: tem que matar! Mas o que que você acha de toda essa violência, comportamento que está havendo contra eles? "Ah, acho que está certo!". Você acha que está certo? Por quê? Porque o homem nasceu para ser homem, mas... vira.. aí não dá não. Já o terceiro entrevistado é mais enfático quando ela pergunta: mas especificamente contra eles, o que você pensa? Ah, eu tenho muito contra eles, tenho muita coisa contra eles, acho que eles estão poluindo a cidade de São Paulo. O quarto e último entrevistado, respondeu: *gays shuold not exist!* Eu acho que não deveria existir... Homossexual... eu acho que não deveria existir!

De acordo com Mariusso (2015), ao se referir à uma matéria publicada no Estado de São Paulo, o jornal trazia um latente discurso em torno da periculosidade das travestis às pessoas de bem, e da intrínseca necessidade da repressão policial. Além disso, a matéria enaltecia a atuação de um "grupo de justiceiros" que "voluntariamente" encontravam prazer em violentar travestis, fazendo um bem à sociedade. Importa observar nessa notícia, o quanto esses atos de violência contra essa população eram extremamente banalizados e consentidos por parte do Estado que não as concebia como cidadãs ou cidadãos. Nesse sentido, o Estado acaba por terceirizar em algum alcance, a morte de determinados grupos sociais, na medida em que não pune os criminosos.

A naturalização processual da violência, dada as reiteradas práticas cotidianas, se dá por inúmeras razões, quer seja pela aversão às homossexualidades, fruto do heteropatriarcado, quer seja pelo reflexo disso, na precarização da vida de determinados sujeitos que não outros, a partir das perspectivas de gênero, classe e raça, que relegam ao campo da marginalidade determinados corpos, tornando ainda mais vulnerável e violenta o contexto da existência.

O processo historicamente produzido no circuito da violência e marginalização envolvendo as homossexualidades, com especial destaque, contra travestis e transexuais têm sido amplamente noticiado nos jornais de grande, médio e pequena circulação, versando sobre execuções, violências físicas, institucionais, simbólicas, bem como sobre a divulgação de crimes cometidos por travestis, produzindo uma hegemônica imagem que é atravessada pela prostituição, uso de drogas, assaltos, disseminação de *Aids*, perversão, aliciamento, perturbação da ordem pública e contravenção da moral e dos bons costumes, ideia reforçada inclusive pela extrema sexualização de seus corpos (KULICK, 2008).

Em consonância com o pensamento de Kulick (2008), o papel desempenhado pelas mídias de grande circulação seja ela impressa ou audiovisual acabam produzindo representações demasiadamente pejorativas, em muitos casos, sem nenhum compromisso com a veracidade do que se (re) produz e se divulga. Via de regra, travestis corriqueiramente aparecem nas páginas jornalísticas vinculadas à imagem de um sujeito perigoso ou como vítima de um crime bárbaro, com fotos apelativas e em poses abomináveis. Esse movimento de naturalização da violência e da produção de estereótipos acaba por fomentar na sociedade, ações violentas contra determinados sujeitos, intensificando ainda mais os atos de barbárie.

Porém, o documentário de Rita Moreira (1988), se distingue das considerações de Kulick (2008), por não objetivar a construção e sustentação de preconceitos já presentes no imaginário social, ao contrário, o objetivo é refletir o lugar que pessoas com identidades sexuais não-homogêneas, como gays e travestis, ocuparam durante os anos 80, no Brasil, sobretudo, em questionar a memória histórica conciliatória posta em voga pela Lei de Anistia brasileira, portanto, é a imagem histórica e sociológica.

## Considerações finais

Percorridos pouco mais de trinta anos após a Operação Tarântula e num recente contexto de pós-redemocratização, alguns avanços sociais, jurídicos e políticos da comunidade LGBT podem ser pontuados, sobretudo aos movimentos sociais organizados. Nestes termos, casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, adoção de crianças por casais homoafetivos, alteração de nome civil e social, cirurgia de mudança de sexo e de reprodução assistida feita pelo SUS, inserção na política, presença na mídia e uma das mais significativas conquistas, a criminalização da homofobia em 13 de junho de 2019, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no enquadramento da Lei de Racismo (7716/89) marcam alguns progressos politicamente construídos em torno desse público.

Apesar de todos esses destaques, o preconceito e a discriminação que cercam as dissidências sexuais, assim como de classe e de raça, ainda perduram fortemente em todas as instâncias se tornando um grande problema social, que assume, negativamente, visibilidades internacionais no *ranking* de violência. Percebe-se, portanto, que pouco mais de três décadas de operações policiais empreendidas pelo próprio Estado brasileiro, alguns entraves ainda persistem e ainda ressoam em forma de privação de direitos e em casos extremos, de extermínio da população LGBT, em especial, travestis e transexuais.

Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA apontam o Brasil como o país mais violento e o que mais mata travestis e pessoas transexuais no mundo. O mapa de morte do ano de 2017, aponta para 179 assassinatos, seguido pelo de 2018 que fechou o ano com 163 mortes. Até o dia 30 de junho de 2019, a ANTRA registrou 63 mortes em todo território nacional. Um aspecto importante dessas barbaridades é que segundo essa organização, os casos são em sua maioria arquivados sob justificativas distintas, não

levando à cabo as investigações.

Assim como Jânio Quadros, então prefeito de São Paulo, no final da década de 1980, deflagrou a Operação Tarântula e teve o apoio da mídia, do discurso médico-legal, das instâncias jurídicas e de grande parcela da população, Jair Bolsonaro, com o pronunciamento de seus discursos de ódio e representação materializada do conservadorismo, do machismo, da homofobia, do racismo, da xenofobia e do combate explícito aos grupos minoritários têm no imaginário social, por meio das múltiplas mídias sociais, impulsionado situações de violência e desrespeito àqueles e àquelas que estão marcados pelos estigmas sociais historicamente fabricados.

De acordo com Cavalcante, Barbosa e Bicalho (2018), as violências institucionalizadas vão produzindo sobre determinados grupos, lugares de subalternidade socialmente compreendidos por meio do intenso regime de produção das violências, impostos como únicas possibilidades de vida. Essa importante questão estabelece diálogos diretos entre, como formas de pensamento e ações empreendidas no passado, repercutem atualmente, fazendo com que o Brasil ocupe a liderança no ranking de assassinato de pessoas travestis e transexuais como assinala os relatórios e os mapas da morte produzidos pela ANTRA.

Importa, por fim, destacar que, é improdutivo localizar na figura de pessoas ou grupos específicos, os responsáveis por esses assassinatos, bem como o processo de naturalização das violências e extermínio dessa população. Os mecanismos de desresponsabilização coletiva engendrado no cenário brasileiro acaba por banalizar, por meio das omissões e do não reconhecimento, os intrínsecos dispositivos de morte cultivados sistematicamente sobre essas pessoas.

Ante tudo o que foi exposto, quer seja, pelas discussões acerca da historiografia, quer seja sobre o documentário, cabe destacar a seguinte reflexão proposta por Butler (2015): Quais vidas importam? Quais corpos importam e que vidas são passíveis de luto? É imperioso que a caça às homossexualidades, sempre aberta nesse país, entre definitivamente em seu período proibitivo, e que se lance mão politicamente de todo tipo de estrutura política, social, educacional, jurídica, enfim, no intento de que vidas de pessoas homossexuais sejam computadas como vidas e que tenham na prática sua cidadania reconhecida, assegurada e respeitada.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan:** sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2015.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório: eixos temáticos. Brasília, CNV, volume 2, 2014.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** 1ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 38, nº 2, p. 175-191, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MLLBpknvMfqdR66rvVGF3WD/>

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista ALTERJOR**, vol. 2, ano 9, Jul.-Dez., p. 201-214, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688>

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 199-215.

JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 5, n. 8, p. 151-173, 17 ago, 2011. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/270>

KULICK, Don. **Travesti:** prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Memória coletiva de dissidentes sexuais na ditadura militar brasileira: um estudo do lampião (1978 – 1981). **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13 Women's Words Congress.** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498829016\\_ARQUIVO\\_LIMA\\_7679459.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498829016_ARQUIVO_LIMA_7679459.pdf)

LE GOFF, Jacques. **Memória e História.** Campinas: Unicamp, 1990. p. 423- 483.

LOPES, Fábio Henrique. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira: apontamentos de uma pesquisa. **Revista Esboços**, vol. 23, nº 35, set., Florianópolis, p. 145-167, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p145>

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. "Prendam, matam e comam os travestis": a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população LGBT (1978-1981). **Albuquerque** – revista de história, vol. 7, nº 13, jan.-jun., p. 44-61, 2015. Disponível em: <https://doaj.org/article/f6e3342e9eb44e93854aa5e781d2a169>

Moreira, Rita. (1988). **Hunting season/Temporada de caça.** Recuperado de <https://>



[www.youtube.com/watch?v=rjan\\_Yd0C5g](http://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g).

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2009.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 109-133.

SILVA, Natanael de Freitas Silva. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. **Mosaico**, vol. 7, nº 11. p. 64-83, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64778>

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. São Paulo: Papirus, 2012.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.